

Lula lá



Por **PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.***

Lula é hoje, de novo, a melhor opção para o Brasil dentre as que temos

A Eduardo Suplicy e Tereza Campello, incansáveis na luta contra a pobreza e a desigualdade

Vamos sonhar um pouco hoje? Suponha, leitor, que Lula vencerá as eleições e começará um novo governo em janeiro de 2023. Não sou petista nem lulista, devo mencionar, tive ao longo das últimas décadas divergências com o PT e seu principal líder – e as expressei publicamente em diversos momentos, às vezes de forma enfática. Mas parece claro que Lula é hoje, de novo, a melhor opção para o Brasil dentre as que temos.

Ciro Gomes pode até apresentar propostas mais bem formuladas em termos de projeto nacional de desenvolvimento, mas não tem, tudo indica, grandes chances de se eleger. Parece ter se queimado com a esquerda sem, com isso, assegurar a confiança da direita. Na sua ânsia de conquistar o voto anti-PT, tem demonstrado falta de critério na forma como se refere a Lula que, quer se queira quer não, é um gigante político e já entrou para a história brasileira em grande estilo, aconteça o que acontecer daqui para a frente.

Estamos aqui apenas sonhando, volto a dizer. Já expliquei em várias manifestações anteriores, inclusive nesta coluna, as inúmeras razões, tanto econômicas como políticas, que me levam a crer que a disputa eleitoral com Bolsonaro (se ele chegar até lá) não será um passeio no parque. O favorito é Lula, mas o atual presidente, que atravessa talvez a sua pior fase, pode, sim, infelizmente, se recuperar a tempo de disputar com chance a eleição de 2022.

Nas últimas semanas, o desgaste de Bolsonaro se aprofundou e cresceu a possibilidade de uma interrupção do seu mandato, por impeachment, interdição ou (hipótese que parece muito menos provável) renúncia. Nesse caso, a terceira via se transformaria em segunda – o que aliás, como também já expliquei em outras ocasiões, é uma das razões para acreditar na possibilidade de impeachment ou interdição. Pois bem, nesse caso, a eleição de Lula tampouco será fácil. Um candidato da direita tradicional, com forte apoio da mídia corporativa, do capital financeiro e de forças estrangeiras, terá provavelmente condições de mobilizar o anti-petismo, capturar grande parte, talvez a maior parte, dos votos bolsonaristas e chegar competitivo na eleição. A rejeição a Lula e ao PT diminuiu, mas não a ponto de poder ser desprezada.

E, no entanto, sonhar é preciso, ainda que talvez pareça precipitado. As grandes transformações, dizia Fernando Pessoa, dependem sempre dos românticos e dos sonhadores. O próprio Lula nunca teria feito metade do que fez e nunca teria aguentado heroicamente as provações por que passou, nos anos recentes e em outras épocas da sua vida, não fosse ele mesmo, um sonhador. Evidentemente, um sonhador com forte senso de *Realpolitik*, um senso aguçado e até brutal. Mas um sonhador mesmo assim.

Campanha centrista, governo ousado

Dizer que a campanha de 2022 terá de ser ampla e centrista é simples homenagem ao Conselheiro Acácio. O desafio é impedir que ela contamine e paralise o governo, que os acertos e as combinações feitos na disputa eleitoral imobilizem a futura administração. *Mutatis mutandis*, é fazer o que Biden fez – campanha centrista, mas governo ousado e inovador.

O governo Lula, leitor, terá de entrar rachando. Não pode chegar lá tateando, tentando cautelosamente descobrir e aplicar o que a Faria Lima aceita, o que Wall Street aprova, o que a mídia corporativa elogia e apoia. Novamente, o exemplo de

Biden é instrutivo. Já nos primeiros 100 dias, o novo governo americano mostrou a que vinha. Não ficou buscando consensos e tentando identificar o que os adversários republicanos, os bilionários e os financistas de Wall Street consideram palatável. O capital político de um governo eleito é sempre maior no primeiro ano – há que saber aproveitá-lo, com inteligência, discernimento e coragem.

Em outras palavras, nada de reeditar o começo pífio do primeiro governo Lula, de 2003 a 2005, com Palocci na Fazenda e Meirelles no Banco Central. Nem o começo pífio, para dar outro exemplo, do segundo governo Dilma, com Levy na Fazenda, em 2015. A ânsia de aplacar o mercado financeiro, até certo ponto compreensível, teve custo elevado. A economia sofreu, os governos petistas desperdiçaram capital político e – aí vem o pior – a moderação sequer foi recompensada pela turma da bufunfa e seus tentáculos políticos, jurídicos e midiáticos. Lula quase foi derrubado em 2005 na crise do “mensalão” e acabou perdendo José Dirceu, o seu principal articulador político. E o destino de Dilma foi apressado pela desastrosa política econômica seguida em 2015 por seu ministro da Fazenda, egresso do mercado financeiro e intensamente celebrado por ele. Levy foi uma espécie de Cavalo de Tróia.

Lição fundamental: não deixar o adversário escalar o time. De pouco serve ganhar a eleição para depois entregar o governo.

É preciso, por suposto, estabelecer uma hierarquia de inimigos/adversários e objetivos. Ou seja, não se deve atacar simultaneamente em várias frentes. Por exemplo, o que é mais importante: remover o teto de gastos ou o regime de metas para a inflação? O primeiro, claramente. Militares? Tem que trazer, pelo menos em parte, para o lado do governo. Centrão? Idem. Agora, e o bloco capital financeiro doméstico/mídia corporativa com suas conexões internacionais? Aí mora o perigo. Qualquer abraço dessa turma é de Tamanduá.

Na área externa, o quadro parece favorável. Retomar os BRICS não se mostrará nada difícil. E Biden será, acredito, um interlocutor perfeitamente viável, com muito campo em comum em questões mundiais estratégicas como as crises climática e sanitária. Obviamente, uma coisa é o presidente dos EUA, outra o *deep state* (estou usando linguagem telegráfica, para não cansar o querido leitor e na suposição, também, de que estou falando com o proverbial bom entendedor).

Distribuição de renda e combate à pobreza

Não quero abusar do direito de sonhar, mas qual é, afinal, a tarefa primeira, essencial, inadiável de um novo governo brasileiro digno desse nome? No meu entender, é pôr em marcha um amplo e vigoroso programa de geração de empregos, distribuição de renda e combate à pobreza. Ah, dirão, não temos dinheiro para isso! Pois vai ser preciso arrumar.

Um futuro governo Lula tem como se amparar em experiências bem-sucedidas das próprias administrações petistas. Peço licença a meus amigos Eduardo Suplicy e Tereza Campello, grandes especialistas na questão, para incursionar um pouco na área deles. Dou apenas um exemplo: o Bolsa Família. É um sucesso mundial, fui testemunha disso no meu longo período fora do Brasil. Bolsonaro anda fazendo seus habituais estragos também aqui, mas o desmonte não será total (até porque ele precisa do programa para tentar se reeleger).

O que fazer? A meu ver, ampliar o programa rapidamente, aumentando o número de beneficiários e o valor dos benefícios, preservando, ao mesmo tempo, seus aspectos centrais – a exigência de crianças na escola, vacinação, pagamento à mulher (a não ser quando o pai tem a guarda judicial das crianças) etc. Um programa como esse mata vários coelhos ao mesmo tempo – coloca dinheiro na mão de quem gasta, movimenta a economia e gera empregos, combate a miséria e melhora a distribuição da renda.

Vou mais longe. O governo deve ter metas quantificadas na área social. Por que só metas fiscais e de inflação? Por que não metas específicas, numéricas, ano a ano, para 2023, 2024, 2025 e 2026, metas para a criação de empregos, redução da taxa de desemprego, redução da pobreza e distribuição de renda, com diminuição apreciável do índice de Gini? As metas galvanizariam a ação do governo e mobilizariam a sociedade. Poderiam ser a bandeira central do governo federal, que buscaria atuar com o Congresso, os governos estaduais e os municipais, para levar adiante, sem hesitações, essa verdadeira cruzada para livrar o País das chagas da pobreza, da miséria e da concentração de renda.

Me empolguei, como se vê. Mas eu disse que iríamos sonhar, não disse?

***Paulo Nogueira Batista Jr.** *é titular da cátedra Celso Furtado do Colégio de Altos Estudos da UFRJ. Foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai. Autor, entre outros livros, de O Brasil não cabe no quintal de ninguém: bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata (LeYa).*

Versão ampliada de artigo publicado na revista *Carta Capital*, em 25 de junho de 2021.

A Terra é Redonda